

Saúde e educação podem ter nova regra

— Na esteira da apresentação do novo arcabouço fiscal, equipe econômica estuda atrelar verbas constitucionais para as duas áreas a um regime de gasto por habitante

ADRIANA FERNANDES
BRASILIA

O governo Lula estuda vincular os pisos previstos na Constituição federal para aplicação de recursos do Orçamento em saúde e educação a uma regra de gasto por habitante. A ideia é que as despesas nessas duas áreas fiquem menos sujeitas à variação dos ciclos de alta ou de desaceleração da economia interna. Como premissa, a nova regra teria de garantir um crescimento real (acima do índice de inflação) para os desembolsos com saúde e educação.

O assunto está em discussão no governo junto com o projeto do novo arcabouço

fiscal, que, depois de aprovado pelo Congresso, vai revoogar o teto de gastos (a regra que atrelou as despesas à variação da inflação, em vigor desde 2017).

Pelo novo arcabouço, anunciado no fim de março, o crescimento anual das despesas terá como teto um percentual de 70% da variação da receita líquida do governo no acumulado dos 12 meses anteriores.

O problema para a equipe econômica é que, após a revogação do teto de gastos, voltam a valer os pisos constitucionais para aplicação de recursos na saúde e educação, que são justamente atrelados à arrecadação.

Em tese, se a arrecadação do governo crescer muito, os gastos com saúde e educação terão de

subir no mesmo ritmo, o que poderia comprimir o espaço de outras despesas – que só poderão crescer com base nos 70% da variação da receita líquida, e seguindo uma banda entre 0,6% e 2,5% acima da inflação.

Vinculação

Com o fim do teto, os gastos com saúde e educação terão de seguir pisos constitucionais

O piso para a saúde previsto na Constituição é de 15% da chamada receita corrente líquida, enquanto na educação está atrelado a 18% da receita de impostos. Desde 2017, com o sistema de teto de gastos, os dois pisos foram corrigi-

dos apenas pelo IPCA, que é o índice oficial de inflação no País.

RECOMPOSIÇÃO. Como revelou o **Estadão**, o governo vai recompor em cerca de R\$ 30 bilhões os recursos para as duas áreas como forma de compensar as perdas nesse período de vigência do teto. Essa recomposição seria uma maneira de blindar os recursos para uma eventual mudança na vinculação e, ainda, evitar que a área econômica seja acusada de mudar a regra para “caber na nova âncora fiscal”.

Na avaliação de técnicos do governo, a desvinculação dos gastos com saúde e educação à receita protegeria os recursos das áreas quando a arrecadação do governo tiver uma perfor-

mance ruim em tempos de redução da atividade econômica.

Com os pisos atuais, se o PIB e a receita registram queda, o gasto cai também acompanhando o ciclo econômico. Já com uma regra per capita, afirmam esses técnicos, seria possível garantir uma estabilidade para os gastos, abrindo caminho para que eles nem cresçam tanto na alta nem caiam muito na baixa da atividade econômica.

A equipe econômica também está discutindo o impacto da nova política de correção do salário mínimo (que deve garantir um ganho acima na inflação) na evolução do novo arcabouço fiscal. ●

LULA 3 CHEGA AOS 100 DIAS SEM CUMPRIR PROMESSAS NA ECONOMIA. PÁG. 02

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia & Negócios Caderno: B Pagina: 1